

## Novas tecnologias e monitoração: a cultura do medo legitimando o controle.<sup>1</sup>

Rita de Cássia Souza Leal/ ECO/ UFRJ<sup>2</sup>

### Resumo

Na sociedade atual as tecnologias e as mídias, por meio de dados estatísticos e opiniões de peritos, assumem importância central como vaticinadoras e divulgadoras de notícias relacionadas a situações de risco que incentivam práticas de prevenção e instauram a estética do medo. Não que as mídias inventem as notícias, mas, ao escolher o que mostrar, manipulam as percepções e lucram com as ansiedades. Neste cenário de insegurança e incerteza, a segurança se constitui em uma das principais reivindicações políticas da sociedade. O artigo analisa o lugar que o medo ocupa em nossas preocupações de hoje, assim como o papel das novas tecnologias na construção e disseminação dos discursos de racionalização do medo. Nesse sentido, o medo racionalizado passa a ser um medo produzido pela cultura que, manipulado ou intencionalmente provocado, legitima novas e antigas práticas de controle.

Palavras-chave: Novas tecnologias; medo; controle; prevenção; risco.

Entre o mês de dezembro de dois mil e quatro e os primeiros meses desse ano, o mundo acompanhou, estupefato e impotente, as consequências da tragédia provocada pelas *tsunamis* que devastaram o sul da Ásia e a costa leste da África. Mesmo com todo desenvolvimento científico, informacional e tecnológico alcançado pelo homem, não foi possível prever, alertar ou minimizar a iminente tragédia<sup>3</sup> e seus terríveis desdobramentos. Caso isso fosse viável, talvez houvesse tempo suficiente para reduzir os efeitos da catástrofe que resultou na morte de mais de 150 mil pessoas. Na opinião do Professor da Universidade de Harvard, Juma Calestous, “faltou à Ásia investimentos em tecnologias já existentes para prevenir a catástrofe. As somas exigidas para se estabelecer um sistema de alerta são ridiculamente pequenas se comparadas ao custo do maremoto, que cobrou dezenas de milhares de vidas e bilhões de dólares em danos materiais”.<sup>4</sup> Em contraposição a esta visão, Burin Vejbanterg, especialista do Departamento de Meteorologia da Tailândia, defende que “era impossível prever o maremoto gerado por um terremoto desse porte que originou *tsunamis* dotadas de alto poder destrutivo quando chega à região costeira”.<sup>5</sup> Já para a cientista Laura Kong, diretora do Centro Internacional de Alarmes do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP 08 – Tecnologias da Informação e da Comunicação, do XXVIII Encontro dos Núcleos de pesquisa da Intercom.

<sup>2</sup> Mestranda do programa de pós-graduação da ECO/ UFRJ, graduada em Comunicação Social e Pedagogia, com especialização em Literatura Brasileira PUC/ RJ.

<sup>3</sup> A visão da inevitabilidade e imutabilidade do destino regeu a concepção cosmológica não só dos gregos, mas também do homem da idade média. No entendimento desse trabalho, quando ocorre que os avanços científicos e tecnológicos alcançados pelo homem se mostram insuficientes para dar conta de prever ou minimizar determinados fatos e suas consequências, esta visão encontra brechas para o seu retorno na contemporaneidade.

<sup>4</sup> Relatório do Grupo de Trabalho sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, divulgados na Folha on-line em 06/01/2005.

<sup>5</sup> Da France Presse em Bancoc, publicada pela folha on-line em 06/01/2005, sob o título “Especialista Tailandês diz que é impossível prever maremoto”.

Pacífico<sup>6</sup>, a presença de equipamentos não teriam possibilitado a retirada da população do litoral de Sumatra e da Tailândia, as mais próximas do epicentro do tremor, em virtude do tamanho limitado do oceano Índico, que reduz muito o tempo de reação entre o instante em que o alarme é dado e a chegada das ondas ao litoral.

Responsabilidades e possibilidades à parte. A impotência diante do ocorrido, as justificativas desencontradas e caóticas fornecidas por cientistas e peritos, assim como os dados, precipitados e imprecisos, divulgados pelas mídias, não apenas demonstraram a incapacidade do aparato tecnológico em garantir efetivamente a segurança das sociedades diante do inesperado, como também reavivou a certeza da transitoriedade de tudo que nos cerca. Essa certeza remete imediatamente à incapacidade humana em aceitar sua fragilidade diante da natureza que, desde sempre, aspirou desvendar, controlar e conduzir. O medo ontológico<sup>7</sup> do desconhecido e das forças ocultas naturais, que impunha o inesperado, o imprevisível, o incontrolável, foi um dos motores de propulsão do projeto moderno. O homem acreditou que ao desvendar e realizar o domínio científico da natureza estaria liberto da escassez, da necessidade e das calamidades naturais. Ao organizar-se socialmente de forma racional, utilizando modos racionais de pensamento, ele se libertaria do mito, da irracionalidade, dos dogmas da igreja, da superstição, do uso arbitrário do poder e também do lado sombrio, visto como próprio da sua natureza. Como aponta Bauman (1998:30) “O projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada”. A identidade deixava de ser uma “atribuição” humana e passava a ser uma “realização” de responsabilidade individual, fortemente vinculada à norma e à ordem social.

### **Norma e disciplina.**

Na sociedade da norma, a negatividade que ameaçava a ordem social existia, antes de tudo, no interior do próprio sujeito. Era sua “parte anormal” (seu lado negro) que precisava ser normalizada e, em alguns casos, “curada” para que prevalecesse seu lado são. A norma agia sobre o desejo do indivíduo que, ao “tomar consciência” da anormalidade

---

<sup>6</sup> Guy Clavel da France Presse, divulgada na Folha on-line em 07/01/2005, sob o título “Cientistas defendem educação para minimizar perdas com maremotos”.

<sup>7</sup> O medo ontológico perante o desconhecido remete a condição trágica do homem em sua busca por saber qual é a medida do homem, se o homem encontra a sua medida em sua particularidade ou se ela reside em algo que o transcende; a figura simbólica do herói trágico, movido por duas forças antitéticas, é marcada pelo conflito entre vontade (ethos) e destino (moira), entre consciência e querer, ente vida e morte, o herói busca a verdade, substituindo e ultrapassando barreiras até o mais profundo e doloroso dos naufrágios interiores, o que conduz o pensamento para os limites entre a vontade de poder e a inevitável aniquilação do humano. Ver BORNHEIM, Gerd. "Breves observações sobre o sentido e a evolução do trágico" in: O sentido e a máscara, São Paulo, 1975.

passa a desejar não aquilo que realmente deseja, mas aquilo que, conforme o conceito de normalidade, deve desejar. Ao estudar a sociedade disciplinar moderna, Foucault (2002) constatou que sua singularidade residia na existência do desvio diante da norma. E assim, para “normalizar” ou “disciplinar” o sujeito moderno, foram desenvolvidos mecanismos e dispositivos de vigilância, capazes de interiorizar a culpa e causar no indivíduo, remorsos por seus atos. Desse modo, o sofrimento humano associa-se ao desvio e à culpa. O sujeito sofre porque deseja aquilo que não deve desejar.

Diante disso, todo indivíduo procura ser e agir segundo o ideal de normalidade, evitando com isso receber rótulos negativos que os coloquem à margem da sociedade. Ao introjetar a distinção entre “normalidade” e “desvio”, os sujeitos modernos rejeitam o desvio e se filiam a um corpo social aparentemente homogêneo, mas que guarda em seu interior um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares. Os espaços fechados e hierarquizados, além de fixar o indivíduo, evitando o nomadismo e o contato entre os corpos, organizam e definem lugares determinados, que satisfazem não só à necessidade de vigiar e de suprimir as comunicações perigosas, como também à exigência da criação do espaço útil. São os hospitais que curam os corpos doentes; os manicômios que separam a loucura da razão; as prisões que reabilitam e reeducam os inadaptados para a vida social; as escolas e o exército que formam as gerações e as conformam a modelos de normalidade, de eficiência/ produtividade social e de docilidade político/ ideológica. Essas instituições são instâncias de atuação do poder individualizante que, além de impor a divisão binária entre normal/anormal, louco/não louco, perigoso/inofensivo, também universaliza os mecanismos disciplinares que permitem marcar, controlar, corrigir e curar os anormais. Na concepção foucaultiana, o poder é entendido como algo móvel e fluido, capilar e também produtivo. No centro desse processo se encontra o exame, combinando em seu interior as técnicas da hierarquia e da sanção, que coloca o indivíduo, ao mesmo tempo, num campo de vigilância e numa rede de anotações escritas. Da junção de tudo que é visto, dito e registrado sobre o indivíduo constrói-se o saber que faz de cada indivíduo um “caso” que, “ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder”. (Foucault, 2002: 159).

São os aparatos discursivos e institucionais que definem e separam os considerados como “normais”, daqueles rotulados como “anormais”, construindo desse modo às identidades. Ao construir a “anormalidade” constrói-se a normalidade como desejo do indivíduo. O medo de ser anormal conduz o homem a questionar a normalidade dos seus

desejos e daquilo que lhe dá prazer. Sendo e fazendo o que deve, o sujeito disciplinado nega seus desejos no presente, com vistas à construção de um futuro libertador e auspicioso. A felicidade não está no presente. Ela se encontra no futuro e sua realização exige que o sujeito priorize a razão, em detrimento das origens e das tradições, negando seus instintos e seus desejos, sustentando-se na certeza de que este sofrimento é necessário para a construção da sua emancipação futura.

Ao propor o abandono da tradição, pensada de forma mítica, paradigmática, modelar e absoluta, o projeto moderno racionaliza o medo, definido pela filosofia clássica como a mais temível das paixões tristes, isto é, aquelas que diminuem a capacidade de criar, pensar e agir. Nesse processo de racionalização, as causas do medo que vinham, sobretudo, da natureza se deslocam para o próprio homem como principal fonte de ameaça para a humanidade.

Se a pré-modernidade pode ser entendida como uma época de rara mobilidade, em que os indivíduos possuíam um horizonte de vida individual previamente definido, com pouca incerteza, alimentada por um medo difuso de pragas e castigos, ora infligidos pelos deuses, ora pelos obscuros desígnios da natureza, a modernidade pode ser caracterizada por uma maior mobilidade, pela crença na razão humana e pelas descobertas científicas, estando voltada para a construção da identidade e da ordem. Nesse sentido, apresenta outros tipos de incertezas e medos, dentre os quais se destaca o medo do outro, do “anormal”, do estranho como síntese da desordem que deveria ser banida, confinada e exilada. Já na sociedade de controle (Deleuze, 1992) pós-moderna, em contínua adaptação, em que a mensagem é de indeterminação e maleabilidade, e o domínio o da incerteza generalizada, o espaço vago deixado pela crise da norma passa a ser ocupado pela construção da noção de risco.

### **Risco e prevenção.**

Na sociedade disciplinar a norma, como um misto de verdade e lei, constrói a negatividade ética, aquilo que ninguém quer ser, e produz a subjetividade gerando o desejo da normalidade. Já na sociedade do risco os discursos de respeito à “liberdade de escolha” e ao “estilo de vida”, transferem para o indivíduo a responsabilidade pelas conseqüências dos seus atos. O controle agora é exercido por meio da prevenção e da moderação, com base nas informações trazidas pelos meios de comunicação. Não se trata mais de vigiar, disciplinar ou curar os “anormais”; trata-se principalmente de informar, advertir e aconselhar os indivíduos sobre as conseqüências e os riscos que são inerentes às suas

práticas, aos seus desejos e às suas escolhas. No novo contexto do risco, a prevenção funciona como a maneira de evitar conseqüências futuras que podem advir das escolhas realizadas no presente. Nesse sentido, a prevenção se apresenta como uma forma de controlar por antecipação o futuro. É uma ameaça em potencial no presente que determina a construção social do risco como forma de problematizar as escolhas e as ações humanas. A percepção da suposta ameaça, e das suas conseqüências como algo real, desdobra-se em necessidade de segurança e ações preventivas que limitam a liberdade individual e, em muitos casos, resultam mais danosas do que a própria ameaça em potencial. Assim é que, a divulgação de estimativas, os dados estatísticos e os discursos legitimadores dos peritos, ancorados nos avanços tecnológicos e científicos, apontam para uma dilatação nas possibilidades dos sujeitos de calcular e construir um futuro parcialmente conhecido e, portanto, transformável.

No processo de construção desse futuro provável, os medos advêm tanto da própria incapacidade individual de se autocontrolar, como também das ações do outro, quando estas ações podem colocar alguém em situações de risco, sem o seu conhecimento ou escolha. No caso do autocontrole, tomemos como exemplo as informações divulgadas no âmbito da saúde, em que a mídia alardeia a todo instante, notícias alicerçadas em pesquisas e estatísticas que definem grupos de riscos. Nesses grupos, os indivíduos teriam maior ou menor propensão para desenvolverem, no futuro, determinadas enfermidades, conforme suas heranças hereditárias, suas práticas, seus hábitos e suas opções. Cabe ao indivíduo a escolha entre, de um lado, demonstrar sua fraqueza e descontrole entregando-se aos seus desejos e compulsões, ou de outro, prevenir as possíveis doenças futuras, adotando um estilo de vida que lhe garanta um futuro prolongado e saudável. Assim, se antes o que contava era a preparação para enfrentar uma determinada situação, hoje o que conta é a escolha do indivíduo em evitar que esta mesma situação se concretize.

Por outro lado, o indivíduo quer ter o direito de escolher a quais riscos ele quer se expor. No caso do risco aleatório ocorre a perda do “direito ao risco” (Vaz, 2004), na medida em que impossibilita a escolha individual de assumir ou não as conseqüências do próprio desejo. A questão se torna política, posto que, aquele que coloca o outro em risco aleatoriamente é o *Mal* que, portanto, deve ser combatido com a ajuda da intervenção do Estado. Como no mundo do risco não existe lugar para o acaso, já que a construção do risco se apresenta como “uma forma de tornar calculável o incalculável” (Vaz: 2003), haverá sempre um agente responsável pela situação de risco, seja o descontrole do cidadão,

seja a falta de cuidado do Estado. Nesse contexto, o medo, racionalmente construído, se transcreve em artifícios de neutralização e monitoramento, em objeto de consumo, em políticas autoritárias de controle social, em discurso político e de marketing, num processo de multiplicação que invade e infecta todos os cantos e recantos da vida social. Diante da vida planejada, em que todo sofrimento deve ser evitável, torna-se inaceitável nossa exposição ao risco que se apresenta decorrente da ação do outro. A retórica utilizada pelas mídias para divulgar as estatísticas dos riscos e as políticas governamentais, apontam a prevenção como estratégia de controle da violência imputada pelo outro.

Em artigo publicado na Revista Ciência Hoje<sup>8</sup> surgem, como sugestões de medidas preventivas, estratégias de intervenção do tipo “*programas envolvendo assistência social a famílias em situação de risco de crime*” ou “*monitoramento e supervisão de jovens secundaristas que tenham exibido comportamento delinqüente*”. Esse discurso acorda com as mudanças na percepção do crime apontadas por Garland (1997), orientadas pela concepção de que o crime e o medo do crime são hoje em dia amplamente vividos como fatos da vida moderna. Estes se constituem como riscos rotineiros, previsíveis e sistemáticos, que devem ser avaliados como parte da vida cotidiana diária, não sendo o criminoso necessariamente alguém “anormal”. Conseqüentemente, isto aponta para a existência de limites no poder do Estado em, isoladamente, conter os índices de criminalidade. Os governos não mais se constituem como a principal fonte de segurança e de repressão criminal - embora isso não possa ser publicamente admitido, posto que acarretaria conseqüências políticas desastrosas. A prevenção e o controle do crime recaem também sobre os empregadores, os urbanistas, as autoridades escolares, os profissionais de saúde, a família, etc. Nesse contexto, o governo do crime passa pela estratégia de “responsabilização” que, segundo Garland (1997), opera procurando impor e delegar responsabilidades a grupos, indivíduos, organismos e organizações não estatais que, indiretamente, desempenham um papel-chave na prevenção e no controle do crime. Em um trabalho conjunto, estado e instituições, acumulam um vasto banco de dados, onde os indivíduos se constituem como um “estoque de informações” que definem fatores de risco<sup>9</sup> e alimentam

---

<sup>8</sup> Antes do primeiro crime: Intervenção preventiva é mais eficaz que políticas de repressão, mostra estudo”. Ciência Hoje 204, maio 2004 -Cláudio Beato Filho, Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, UFMG.

<sup>9</sup> Pesquisas demonstram que fatores de risco na infância funcionam como futuros indutores de delinqüência. Ou seja: é grande a possibilidade de se prevenir a criminalidade por meio de bons serviços de educação e saúde para as crianças, especialmente aquelas de comunidades carentes. A prevenção situacional do crime busca articular esforços da sociedade e do governo no sentido de controlar a incidência de tipos específicos de crime através da manipulação de fatores, tais como a disponibilidade de alvos, o incremento da vigilância e a motivação dos agressores. Ver QUAGLIA, Giovanni, I Fórum Metropolitano de Segurança Pública da Baixada Santista, em Cubatão (SP), dia 02/10/2003.

um conhecimento preditivo de probabilidades e risco visando categorizar, classificar, identificar perfis, padrões comportamentais, econômicos e sócios culturais. Essas medidas, além de reduzirem o alcance da já enfraquecida noção de Estado de Bem-Estar Social ainda contribuem para estimular o mercado em expansão da segurança privada. O investimento na prevenção da criminalidade e nos dispositivos de segurança são, portanto, cada vez mais impostos antes pelas forças econômicas do que pelas forças políticas. (Garland, 1999).

No caso da sociedade brasileira, em que por vezes o criminoso se encontra entre aqueles que possuem o poder de punir é, no mínimo, preocupante, pensar no tipo de ações concretas em que podem vir a se traduzir o discurso da prevenção. É característica da sociedade de risco, ser pouco afeita a mudanças e ter grande inclinação para aceitar discursos que visem à prevenção, como forma de assegurar para o futuro a continuidade dos benefícios conquistados no presente. Diante dessas questões, a distribuição dos riscos se faz com o aproveitamento da generalização do temor.

### **Medo e segurança.**

Na era da mundialização, também o medo foi globalizado passando a participar do espetáculo diário, nos jornais e na televisão, seja nas ruas de Bagdá, nos trens de Madrid, nas escolas de Beslan ou nas favelas do Rio de Janeiro. Todos os homens temem e muitos são os motivos dos medos de hoje. Embora o medo primordial seja o medo da morte, também tememos a violência, as guerras, as doenças, o terror, o outro, o conhecido e o desconhecido. A cada momento elegemos novas categorias de coisas para temer e descobrimos novos perigos e riscos.

Para Mary Douglas (1982) todas as sociedades possuem uma quantidade quase infinita de perigos para escolher. O que as fazem diferentes umas das outras são os tipos e a quantidade das escolhas. Sua seleção se dá por importância específica, afirma Douglas (1982), ou porque ameaçam os princípios morais que constituem a base da sociedade, ou porque permitem condenar grupos e instituições vistos com maus olhos. Portanto, a eleição daqueles que são seus riscos e perigos por parte de uma sociedade não ocorre de forma neutra, em função do real alcance dos prejuízos acarretados por tais ameaças. Antes, há escolhas valorativas, morais e políticas na eleição daquilo que deve ser temido pelos seus membros.

Assim, o medo passa a ser produzido pela cultura e, em muitos casos, com o auxílio

---

das mídias e ancorado pelo discurso da prevenção e da segurança, justifica a adoção de políticas equivocadas que legitimam novas e antigas práticas de poder.

No caso da criminalidade, os critérios de seleção adotados pelas mídias contribuem para fazer com que o mundo pareça mais assustador do que ele realmente é. Ao destinar maior espaço para a divulgação de notícias que tratam dos chamados “crimes hediondos”, com elevado grau de danos, ou para os crimes aleatórios, de difícil previsão, as mídias acentuam e generalizam a sensação de insegurança, posto que, pelas suas características, tanto de danos causados quanto de imprevisibilidades, estes crimes elevam a todos, indiscriminadamente, à condição de vítimas em potencial. Nesse sentido, instaura-se o medo generalizado que ameaça a qualidade de vida das pessoas e, em decorrência, da própria sociedade. Sem limites e generalizado, o medo amputa a vida social, gerando inseguranças, ainda que, sob certos aspectos, o medo seja um sentimento necessário, na medida em que serve para promover cautela como modo de proteção indireta sem, no entanto, se tornar paralisante, mas sim mobilizador da ação transformadora.

Quando colocado a serviço do poder, o medo se constitui em importante componente no controle social, assumindo múltiplas funções, inclusive a de meter medo nas pessoas, que passam a elaborar uma cultura do medo (Glassner: 2003) fundada na idéia da violência como aleatória, crescente e ameaçadora. No centro dessa cultura, as mídias, principalmente televisão e jornal, por meio de dados estatísticos e opiniões de peritos, assumem importância central como vaticinadoras e divulgadoras de notícias relacionadas a situações de risco e a construção do medo. Não que as mídias inventem as notícias que exibem, mas, ao escolher o que mostrar manipulam as percepções e lucram com as ansiedades.

Para Vera Malaguti (2003), a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal. Quando esta política demonstra sinais de enfraquecimento, os meios de comunicação de massa se apressam a difundir notícias, campanhas e imagens que aterrorizam a população e cumprem um papel disciplinador emergencial. Dessa maneira, o medo é considerado um projeto estético que limita a liberdade em nome da segurança. Segundo a autora, o século XX, ao instituir o declínio do poder político e a ascensão do poder econômico transnacionalizado, enfraquece o Estado, que se torna incapaz de reduzir ou controlar a violência que sua própria impotência gera. O discurso do Estado se revela ineficaz para convencer ou tranquilizar sua platéia, e este se vê obrigado a recorrer a “um libreto para seu espetáculo” (2003: 95). Este “espetáculo” tem como palco as mídias e as



agências de comunicação social, e como personagens, determinados grupos que variam dos traficantes e terroristas, passando por negros, pobres e favelados, em uma estratégia que visa concentrar a causa da insegurança e do medo numa parte da população que pode ser nomeada, reconhecida e localizada, desviando o foco das atenções da ausência do poder, da política e da crescente desigualdade social.

Este cenário de insegurança e barbárie, totalmente necessário para o fortalecimento do capitalismo de superprodução, faz com que a segurança se constitua na maior reivindicação política da sociedade. No cotidiano das grandes cidades como o Rio de Janeiro, a questão da segurança e do crime ganha destaque; as mídias enfatizam notícias sobre a violência aleatória, sobre áreas “quentes” onde a probabilidade de vitimização é maior, sobre aconselhamentos de como se comportar diante de situações de perigo (assaltos, roubos, seqüestros-relâmpagos, etc.), acompanhadas pelo discurso da vítima que cobra ações rigorosas, transformando o crime em uma questão política. Estes tipos de violência informam o descontrole social, ao mesmo tempo em que justificam discursos e ações em defesa da segurança social.

Em nome da segurança e do bem estar dos cidadãos comuns, perde-se a noção ética das medidas adotadas, para vigorar uma espécie de vale-tudo na prevenção e combate à violência. Nesse cenário, para garantir a “segurança” dos indivíduos o discurso contemporâneo neoliberal de respeito às individualidades, a pluralidade e as diferenças, assim como a tão propalada “liberdade individual”, contraditoriamente, coadunam com as ações de um Estado policalesco e regulatório que incentiva e legitima medidas, públicas e privadas, de controle da diversidade, da privacidade e da liberdade.

### **Controle tecnológico.**

Na sociedade de controle já não se trata mais de confinar e enclausurar em espaços fechados, (internatos, hospícios, prisões) em que mecanismos de vigilância trabalham no sentido de formar e conformar “corpos dóceis”. Tampouco se trata de “curar os indivíduos”. Trata-se agora de adotar medidas que controlem e minimizem os riscos, valendo para isso expandir para todos os espaços sociais, formas tecnológicas de controle, que são facilmente naturalizadas, em virtude da sua quase imaterialidade. É o discurso da segurança legitimando novas e antigas práticas de controle.

Do mesmo modo, os antigos espaços públicos de troca como praças e ruas, são cada vez mais desmaterializados para dar lugar a espaços privados como shoppings centers e condomínios fechados. Nesta nova configuração de sociedade o indivíduo é vigiado e

controlado eletronicamente do seu nascimento até sua morte - vide a prática que já se tornou comum de filmagem de partos e a presença de câmeras de vídeo em berçários e maternidades, ruas, casas, escolas, nos locais de trabalho e nas áreas de lazer. Sua liberdade é monitorada por olhares eletrônicos espalhados pelos diversos espaços que cruzará durante sua vida, descaracterizando a antiga divisão entre o público e o privado.

Naturalizando esse novo cenário, os meios de comunicação não param de publicar notícias sobre o uso de sistemas de monitoração, públicos e privados, tanto no Brasil quanto no exterior.

Em matéria publicada na Revista *Veja* (2004)<sup>10</sup> foi apresentado um levantamento que aponta a presença de câmeras de vigilância em quase todas as grandes cidades registrando tudo o que acontece 24 horas por dia. No centro do Rio de Janeiro, 92 câmeras controlavam mais de mil cruzamentos da cidade. Em Curitiba eram 14 câmeras em apenas uma rua do centro. Joinville, em Santa Catarina, cujo sistema foi implantado no fim de 2001, já possuía 41 câmeras monitorando a região central e quatro bairros da cidade, em Belo Horizonte, 72 câmeras monitoravam áreas com maior concentração de lojas. Em Suzano, na Grande São Paulo, eram 13 para vigiar 23 quadras, enquanto que na praia da Boa Viagem, no Recife, 12 câmeras foram instaladas. Essas cidades repetem um procedimento adotado com cada vez mais frequência no mundo inteiro, inspiradas na experiência de Londres, campeã disparada, com cerca de 150.000 câmeras espalhadas pelas ruas.

Em outra matéria da *Veja* (2004)<sup>11</sup> que comenta o resultado de um levantamento realizado por grupos preocupados com a privacidade dos cidadãos, surge a denúncia que o número de câmeras instaladas em toda a ilha inglesa passa de quatro milhões, ou seja, 10% das câmeras de vigilância do planeta, uma para cada quatorze habitantes. Em contrapartida, um relatório do governo inglês, comentado na mesma matéria, concluiu que a vigilância eletrônica das ruas só é eficaz na prevenção de delitos menores, como infração de trânsito, depredação de patrimônio e roubo de veículos. No caso de crimes graves como assalto a mão armada e seqüestro, uma câmera pode até ajudar na identificação dos autores, mas na maior parte das vezes só depois que estes já agiram. O *boom* da paranóia inglesa teve início em 1992, quando as câmeras de um Shopping Center de Liverpool registraram o seqüestro de um menino de dois anos. Ele morreu dias depois, mas seus seqüestradores

---

<sup>10</sup> Matéria publicada na Revista *Veja* de 04/08/2004, com o seguinte título: “Olhos por toda parte; a vigilância com câmeras para combater o crime se espalha pelas ruas do país”.

<sup>11</sup> Matéria de Daniel Ferrante publicada na revista *Veja* de 05/04/2004, com o título “O Big Brother é inglês”.

foram identificados graças às imagens das câmeras. A falsa sensação de segurança que este tipo de tecnologia proporciona é um dos argumentos usados pelos ativistas que lutam para por freio na disseminação de seu uso. No entanto, o que para muitos torna o processo irreversível é tudo ser consensual. Ninguém está aderindo por imposição de outrem, as pessoas estão abrindo mão voluntariamente de sua privacidade em troca de mais segurança. O problema é que em questões de segurança não existe proteção inviolável. A cada dia surgem novas ameaças e a prevenção existe apenas para o que já é conhecido, estimado ou calculado.

Nem todos os aparatos tecnológicos, disponíveis e utilizados, são suficientes para (como no caso das *tsunamis*) impedir efetivamente a ocorrência de um fato inesperado e imprevisível. Além disso, quanto mais se intensificam sistemas de segurança que beiram a paranóia persecutória, mais se sofisticam, na mesma proporção, as formas de burlá-los. Nesse sentido, resta apenas, para aplacar o medo e diminuir a sensação de insegurança generalizada, reforçada pelas mídias, negociar um punhado de privacidade em troca da sensação de proteção que estes mecanismos proporcionam.

Do mesmo modo que as câmeras de vigilância servem mais ao poder na medida em que, ao assegurar a falsa proteção desvia o foco das questões centrais que culminam na ausência de políticas estruturais sérias, cresce a utilização de inovações tecnológicas no monitoramento e no controle. Na China, segundo o jornal *The Shanghai Daily*<sup>12</sup> o governo pretendia instalar 1.325 câmeras e um novo software de monitoramento em cibercafés para monitorar os frequentadores e garantir que nenhum deles entre em sites proibidos. Em 2004, o site *Info Online*<sup>13</sup> publicou uma matéria sobre o parque temático Legoland, na Dinamarca, que utiliza etiquetas, com a tecnologia Wi-Fi e radiofrequência embutida em pulseirinhas, que são usadas pelas crianças. Os pais interessados em monitorar os passos dos filhos no interior do parque podem alugar as pulseirinhas e, graças ao chip e a teia de fibra ótica instalada no parque, rastrear os pequenos visitantes. No dia 06/09/2004, a *Folha On-line* exibia matéria com a seguinte manchete: “Homem usa Internet e satélite para seguir ex-namorada”<sup>14</sup>. O americano Ara Gabrielyan foi preso por usar um sistema de GPS, rastreamento por satélite, para perseguir e ameaçar sua ex-namorada. No *Jornal O Globo*

---

<sup>12</sup>Matéria de Renata Mesquita, divulgada pelo centro de mídia Independente no site [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org), em 22/04/2004.

<sup>13</sup>Matéria publicada com o título “Parque de diversões “etiqueta” criancinhas”, no site [www.infoabril.com.br](http://www.infoabril.com.br) em 29/04/2004.

<sup>14</sup> Matéria publicada no site da *Folha On-line* [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br), no dia 06/09/2004.

de 12/01/2005<sup>15</sup> uma matéria sobre o celular com GPS afirmava que, com pouco mais de dois meses de lançamento no Brasil, o serviço já contava com mais de 500 mil usuários, sendo que 70% desse número no estado de São Paulo.

Embora a justificativa por essa nova mania seja a questão da segurança em caso de seqüestros, Tarik Sarhan, diretor da empresa de rastreamento Wise Track, diz que embora o serviço ajude não resolve, visto que a primeira coisa que o seqüestrador faz é desligar o celular da vítima. Ainda na mesma matéria, destaca-se o uso de microchips que possibilitam o rastreamento de seus usuários. Um modelo de uso externo, que pode ser acoplado ao relógio de pulso ou ao salto do sapato, e outro, um modelo subcutâneo, que por meio de uma pequena intervenção cirúrgica, pode ser implantado sobre a pele do cliente. Este último modelo (com custo por volta de R\$ 27 mil) já era usado na época por pelo menos 40 pessoas somente no Brasil. Uma das conclusões que se pode inferir da crescente utilização dessas tecnologias, é que o próprio medo se transformou em um produto de consumo rentável, e que as empresas que dele dependem alimentam a paranóia criada transformando-a em uma técnica de marketing de bens e serviços.

#### **(in) Conclusões.**

O processo histórico deixa ver que a civilização ocidental viveu em constante alternância entre momentos de estabilidade e momentos de crise e que, nesse percurso, a política do medo desempenhou papel importante em meio a lutas e guerras. Mas, em todos os tempos, sempre havia um futuro pelo qual lutar. No tempo presente, pensar o futuro tornou-se impossível.

Diante da falência do projeto moderno de emancipação do gênero humano, do descrédito em que caíram as instituições, dos avanços tecnológicos e da nova forma assumida pela acumulação do capital, hoje experimentamos o fim de qualquer continuidade para vivermos no presente eterno e confuso. O futuro pensado como tempo/lugar de realização da igualdade e da libertação humana é substituído pelo elogio do instante, da contingência, do efêmero. Se a modernidade instaurou, como princípio maior, a ruptura com os valores do passado, consagrando o novo e o inédito, a aceleração tecnológica e econômica, próprias da contemporaneidade, deslocou o interesse para o atual, concentrando-se não mais no que é, mas no que pode vir a ser. Ao privilegiar o virtual, institui a lógica de antecipação do futuro. Como aponta Laymert Garcia dos Santos

---

<sup>15</sup> Jornal O Globo, caderno O País, página 08, de 12/01/2005.

“Trata-se de privilegiar o virtual, de fazer o futuro chegar em condições que permitam a sua apropriação, trata-se de um saque no futuro e do futuro, como bem mostram essas novas operações com derivativos, produtos financeiros vendidos nos mercados futuros por bancos, fundos, e corretoras(...)”. (Garcia 2003:128)

O deslocamento do real para o virtual resulta da crescente tecnologização da sociedade e de todos os setores e ramos de atividade da “nova economia”. Nessa nova economia, a identidade social de cada um se afirma na esfera do consumo como estratégia de sobrevivência diante do futuro incerto, e vai se configurando como construções sociais transitórias, em que o indivíduo produz e é produzido pelo consumo, pelo discurso midiático que promove a visibilidade, a esteticização, a sedução e o desejo. Consumir e sobreviver se interligam posto que ambos dependem do grau de inserção do sujeito na dinâmica acelerada imposta pela união da tecnociência e do capital global. Desse modo, o controle não se dá mais pela contenção e sim pela pasteurização do pensamento e da capacidade de reação das pessoas. Não mais se faz necessário confinar, submeter ou moldar, sendo apenas necessário “modular” o indivíduo, por meio da informação contínua veiculada pelos meios. “O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado”. (Deleuze, 1992). Assim, o projeto do pensamento calcado no futuro coletivo é deposto, para em seu lugar reinar o (des)centramento narcísico do indivíduo em si mesmo, a ênfase no aqui e agora e o consumo sem fim. Tanto para consumir, bem como para sobreviver, é preciso se antecipar. Para Vaz (2003: 74) experimentamos “uma modificação no nexos entre ação no presente e futuro antecipado”. Se na modernidade, a política era o agente maior das mudanças e por sua via acreditávamos poder participar da construção de um futuro melhor, hoje o agente da mudança seria a tecnociência como fonte do poder da ação humana para determinar o mundo do futuro. Contudo, este mundo, paradoxalmente, também é temido como catástrofe, posto que a hibridização homem/máquina, a manipulação genética que possibilita reprogramar e recombinar a vida humana gerando novas espécies, além da construção de objetos com características muito próximas do humano, inauguram novos medos. Dentre eles o mais temível: o da perda da própria noção de humanidade.

### Referências:

BATISTA, Vera Malaguti, O medo na cidade do Rio de Janeiro; dois tempos de uma história, Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt, O mal-estar da pós-modernidade, Rio de Janeiro: Zahar, 1998. BECK, Ulrich, Risk Society: towards a new modernity. London, SAGE Publications, 1992.

BOLTANSKI, Luc, Distant suffering: morality, media and politics. Cambridge University Press, Cambridge, UK: 1999.

DELEUZE, Gilles, Conversações; Rio de Janeiro: Ed. 34 Literatura, 1992.

DOUGLAS, Mary e WILDAWSKY, Aaron, Risk and Culture, Berkeley: University of California Press, 1982. FOUCAULT, Michel, Vigiar e punir; 25ª, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GARLAND, David, Governmentality and the problem of crime: Foucault, criminology, sociology, Theoretical Criminology, University of Edinburgh, London, SAGE publications, 1997.

GLASSNER, Barry, Cultura do Medo: porque tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos, São Paulo: Francis, 2003.

SANTOS, Laymert Garcia dos, Politizar as novas tecnologias; o impacto sócio-técnico da informação digital e genética, São Paulo: 34, 2003.

VAZ, Paulo, Tempo e tecnologia; in DOCTORS, Marcio (org.), Tempo dos tempos, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

### Artigos:-

“Antes do primeiro crime”, Revista Ciência Hoje, nº 204, maio 2004, consultado em 20/11/2004.

- “Falta ciência em países em desenvolvimento, alerta ONU”, Folha on-line, 06/01/2005.

- “Especialista Tailandês diz que é “impossível” prever maremoto”, Folha on-line, 06/01/2005.

- “Olhos por toda parte; a vigilância com câmeras para combater o crime se espalha pelas ruas do país”, Revista Veja, 04/08/2004.- “O Big Brother é inglês”, Revista Veja de 05/04/2004.

- “Parque de diversões “etiqueta” criancinhas”, consultado em 29/06/2004.- “Tecnologia permite rastrear vítimas”, Jornal O Globo, caderno O País, página 08, de 12/01/2005.

### Sites

www.midiaindependente.org, em 22/04/2004.

www.infoabril.com.br em 29/04/2004.

www.folhaonline.com.br , em 15/01/2005.